

**A DITADURA CONTINUADA:  
Imprensa e desigualdade social no Brasil a partir do caso da ficha falsa  
de Dilma Rousseff na *Folha de S. Paulo***

**Jakson Ferreira de Alencar<sup>1</sup>**

Mestrando em Comunicação e Semiótica pela PUC de São Paulo  
[jfalencar@yahoo.com.br](mailto:jfalencar@yahoo.com.br)

**Resumo:**

O artigo descreve, contextualiza e analisa as relações entre a imprensa e desigualdade social no Brasil a partir do caso da publicação, na *Folha de S. Paulo*, de uma ficha falsa atribuída aos arquivos da ditadura militar, com crimes associados à Dilma Rousseff, como “terrorista”. O caso põe em evidência posicionamentos políticos reacionários e favoráveis à manutenção do *status quo*.

**Palavras-chave:** imprensa, desigualdade social, política, hegemonia

**Abstract:**

The article describe, contextualize and analyze the relationship between the press and social inequality in Brazil, taking as it starting point the case of publication, in *Folha de S. Paulo*, of a false statement attributed to the military dictatorship archives, with crimes associated with Dilma Rousseff, as “terrorist”. The case put in evidence politic positioning reactionaries and favorable to the maintening of the *status quo*.

**Keywords:** press, social inequality, politic, hegemony

**Resumen:**

El artículo describe, contextualiza y analiza las relaciones de la prensa con la desigualdad social en el Brasil, a partir de la publicación del caso, en el diario *Folha*

de S. Paulo, de una ficha falsa atribuida a los archivos de la dictadura militar, con crímenes asociados a Dilma Rousseff, como "terrorista". El caso pone en evidencia posicionamientos políticos reaccionarios y favorables a la mantención del *status quo*.

**Palabras claves:** prensa, desigualdad social, política, hegemonía

## INTRODUÇÃO

No entender de muitos, atualmente, a questão de classe nos estudos da comunicação é considerada como superada. Segundo Graham Murdock, aos poucos essa questão foi substituída por outras que buscavam destacar não as invariâncias, mas as singularidades entre grupos sociais em conflito. Em suas palavras:

Os rígidos contornos verticais da classe deram lugar aos horizontes abertos da diferença. É hora de inverter esta percepção e insistir que sob a praia jazem as pedras do calçamento. A classe pode ter sido abolida retoricamente em muitos textos, mas uma quantidade impressionante de evidências empíricas confirma que ela permanece como uma forma essencial para modelar a maneira como vivemos hoje (Murdock, 2009: 32).

Na história do Brasil existem vários casos em que se tornou evidente a ação dos meios de comunicação para a manutenção do *status quo*. Em geral a narrativa favorável às classes hegemônicas é uma constante na rotina do país, mas ao longo da história, alguns casos tiveram mais destaque, dada a importância das ocasiões em que ocorrem. Apenas para citar alguns exemplos, temos a crise que levou Getúlio Vargas ao suicídio, que teve como estopim o aumento de 100% dado ao salário mínimo, dentre outras políticas favoráveis às classes trabalhadoras de então e ao nacionalismo; o golpe militar de 64, efetivado contra demandas sociais por redistribuição de renda feito com amplo apoio da mídia; a eleição de Fernando Collor; o alinhamento com o aprofundamento do neoliberalismo no país na década de 90, particularmente durante o governo FHC.

Neste artigo, abordamos essa problemática à luz de um caso específico muito concreto: a publicação, na *Folha de S. Paulo*, de uma ficha atribuída aos arquivos da ditadura militar – e depois descoberta como falsa –, com crimes associados à ministra Dilma Rousseff, e de matérias correlatas que a designavam como “terrorista”, “assaltante” e, principalmente, participante de um plano não executado de sequestro de autoridade. A maneira pela qual o jornal “construiu” e narrou esse fato tem continuidade com a maneira pela qual a imprensa hegemônica narrou o golpe militar e ajudou a legitimar e sustentar a ditadura, os quais, como veremos, foram construídos por ação de classe para assegurar o poder e evitar a distribuição de renda. A ditadura teve como pilastra o controle dos meios de comunicação, seja pela adesão voluntária destes por afinidade ideológica, seja pela censura e outros métodos.

Primeiro faremos a reconstituição do caso, depois breve contextualização e, por fim, uma análise dele com base em teorias da comunicação, a fim de comprovar a seguinte hipótese: a imprensa brasileira tem sido um dos mecanismos de manutenção da desigualdade social no país.

## **O CASO DA FICHA FALSA DA MINISTRA DILMA ROUSSEFF NA FOLHA DE SÃO PAULO**

Em 5 de abril de 2009 a *Folha de S. Paulo* publicou uma matéria de três páginas (*Folha de S. Paulo* 5/4/2009: A8-A10), e chamada no alto da primeira página sobre um suposto envolvimento da atual ministra Dilma Rousseff, quando militante contra a ditadura militar, no plano para o sequestro não realizado do então ministro da Economia, Delfim Netto. Uma das fontes apresentadas pela *Folha*, publicada com destaque, foi uma ficha que, segundo o jornal, teria sido copiada dos arquivos do Deops (Departamento Estadual de Ordem Política e Social). Essa ficha depois teve sua falsidade comprovada, entre outros meios, por dois laudos, um da UnB (Universidade de Brasília) e outro da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

Nela, Dilma Rousseff é classificada como “terrorista” e “assaltante de banco”, havendo ainda o carimbo de “CAPTURADA” e o registro de outros crimes, como planejamento de assassinatos e militância.

Em entrevista, publicada junto com a ficha, a Fernanda Odilla, a mesma repórter que assinou a matéria, Dilma negou veementemente ter participado de formas de militância armada e disse nem sequer saber da existência de um plano para sequestrar Delfim Netto. No entanto, o jornal, sem maiores apurações, publicou, em letras garrafais, manchetes que a associavam ao caso. Os desdobramentos posteriores evidenciaram a existência de fontes insuficientes para a publicação de matéria com acusações tão graves, a não comprovação de fontes e a manipulação grosseira de outras. Publicou-se que a ficha falsa pertencia aos arquivos do Deops. Mas, no desmentido, divulgado 20 dias depois, o jornal reconheceu que a ficha não era proveniente do arquivo e a havia recebido por *e-mail*. Não informou, no entanto, quem a teria enviado.

A única outra pessoa ouvida – por telefone, assim como a ministra – foi o atual professor universitário e jornalista Antonio Espinosa, também ex-militante contra a ditadura. Segundo a matéria, Espinosa teria afirmado ser possível que Dilma Rousseff tivesse participado dos planos para o sequestro não ocorrido de Delfim Netto. Entretanto, após a publicação da matéria, Espinosa enviou carta à *Folha* em que negou, com sólidos argumentos, ter dito isso:

Chocou-me, portanto, a seleção arbitrária e edição de má-fé da entrevista, pois, em alguns dias e sem recursos sequer para uma entrevista pessoal (...), a repórter chegou a conclusões mais peremptórias do que a própria polícia da ditadura, amparada em torturas e num absurdo poder discricionário. Prova disso é que nenhum de nós foi incriminado por isso na época pelos oficiais militares e delegados dos famigerados Doi-Codi e Deops e eu não fui denunciado por qualquer um dos três promotores militares das auditorias onde respondi a processos (...) (*Viomundo*, 6/4/2009).

O professor também esclareceu na carta que a VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares) não era o “grupo da Dilma”, como informou o

jornal, “mas uma organização política de resistência à infame ditadura que se alastrava em nosso país, que só era branda<sup>2</sup> para quem se beneficiou dela. Em virtude de sua defesa da democracia, da *igualdade social* (grifo nosso) e do socialismo, teve dezenas de seus militantes covardemente assassinados nos porões do regime”.

A narrativa da *Folha* está em continuidade com a forma como o jornal construiu narrativas no período da ditadura militar. Uma pesquisa do grupo Tortura Nunca Mais (França, 2009, *mimeo*), composto em grande parte de pessoas torturadas durante a ditadura, reúne cópias de matérias do jornal no período com um tom policialesco em relação aos opositores do regime – tal como no caso aqui em estudo, classificando a resistência como terrorismo. É revelador que o jornal associe à ministra e à resistência vários “crimes”, mas não faça nenhuma menção aos militantes da VAR-Palmares mortos pela ditadura nem às barbaridades e crimes praticadas pelo regime, bem como não contextualiza o caso, explicando o que foi e o que significou a ditadura. Não faz qualquer menção ao fato de 30 mil pessoas terem sido torturadas e 500 mortas pelo regime, muitas das quais até hoje desaparecidas.

O jornal prometera publicar a carta de Espinosa na edição da segunda-feira, dia 6 de abril, um dia depois da matéria, mas não cumpriu o combinado. O autor então distribuiu a carta a *blogs* e *sites* de informação alternativa, que fizeram dela larga divulgação, além de levantar questionamentos à matéria jornalística e apontar-lhe inúmeras falhas grosseiras. Muitos jornalistas responsáveis por *blogs* e seus comentadores começaram a afirmar e demonstrar que a ficha havia sido criada digitalmente por *sites* de extrema direita, incluindo alguns de militares reformados remanescentes da ditadura (Cf. *Contorno Noturno*, 04/2009), e que isso poderia ter sido facilmente verificado até por estagiários iniciantes de artes gráficas (*Blog do Nassiff*, 7/7/2009). A *Folha* respondeu não ter publicado a carta de Espinosa porque a teria recebido depois do fechamento, embora o professor a tivesse enviado em horário combinado. Na segunda reclamação indignada enviada à *Folha*, no dia 8 de abril, ele, entre outras coisas, disse que o jornal não a publicou não por motivos

burocráticos, “mas porque quer ter o monopólio da verdade e manipular seus leitores”, e desafiou o periódico a publicar sua entrevista na íntegra (*Cloaca News*, 7/4/2009). Mesmo com recomendações do *ombudsman* do jornal para que a entrevista fosse publicada ao menos na *Folha Online*, isso jamais ocorreu.

No dia 25 de abril, o jornal se viu forçado a publicar um desmentido, que, na verdade, foi um semidesmentido. Este se apresentou porque a pessoa prejudicada pela matéria, Dilma Rousseff, solicitou laudos a duas universidades (UnB e Unicamp) e, obtendo a comprovação de que a ficha fora fabricada digitalmente, fê-los chegar à redação e ao *ombudsman*.<sup>3</sup>

Concluimos que o arquivo foi fabricado digitalmente e seus elementos processados a partir de origens distintas como: a fotografia é analógica; todo o texto e seu “template” são digitais.<sup>4</sup>

No seu semidesmentido, o jornal reconhece apenas dois erros (embora, com base em seu *Manual de redação*, se possam encontrar inúmeros outros):

O primeiro foi afirmar na Primeira Página que a origem da ficha era o arquivo [do] Dops. Na verdade, o jornal recebeu a imagem por e-mail. O segundo erro foi tratar como autêntica uma ficha cuja autenticidade, pelas informações hoje disponíveis, não pode ser assegurada – bem como não pode ser descartada (*Observatório da Imprensa*, 25/4/2009).

Vinte dias após a publicação da matéria, após surgirem por todos os lados indicações precisas e incontestes de que a ficha era falsa, a *Folha* simplesmente diz que a autenticidade não pode ser assegurada, mas também não pode ser descartada. Se não pode ser assegurada, por que foi publicada, uma vez que contém acusações tão graves? Se em 5 de abril tivesse ocorrido um erro involuntário (embora o *ombudsman* tenha informado que a reportagem foi produzida durante quatro meses), os 20 dias subsequentes, com tantas evidências de falsidade demonstradas em *sites*, *blogs* e laudos legítimos, teriam sido suficientes para o reconhecimento e a devida reparação. Não tomar essas atitudes significa que o

jornal claramente optou pela burla, o que indica também uma escolha voluntária de linha editorial favorável à ideologia da ditadura e contrária a da resistência ao regime e suas ligações com a política brasileira atual. A *Folha* informou ainda, no desmentido, ter contratado peritos para fazer nova análise da ficha, mas não disse quem seriam eles. O jornal encerrou o assunto com esse semidesmentido e jamais voltou a ele, deixando vários esclarecimentos por fazer, a despeito das veementes cobranças do *ombudsman*, da pessoa prejudicada e de vários segmentos da sociedade.

Em 5 de julho de 2009, o *ombudsman* da *Folha de S. Paulo* retorna ao tema pela quarta vez, abordando a insuficiência do jornal na resposta dada até então:

Pela quarta vez, volto ao tema da reportagem de 5 de abril em que reprodução de suposta ficha criminal da ministra Dilma Rousseff dos tempos da ditadura foi publicada. Depois de a ministra ter contestado que a ficha fosse autêntica, o jornal reconheceu não ter comprovado sua veracidade. Considerei insuficientes as justificativas para os erros cometidos e sugeri uma comissão independente para apurá-los e propor alterações de procedimentos para evitar repetição (*Folha de S. Paulo*, 5/7/2009: A4).

A *Folha* jamais identificou a fonte que enviou a ficha por *e-mail* nem apresentou laudo algum.

Com relação a fontes, checagem e cruzamento de informações, o próprio *Manual da redação da Folha de S. Paulo* vai ao encontro dos questionamentos feitos à matéria de 5 de abril:<sup>5</sup>

Cruzar informações e ouvir o outro lado permite, ainda, que o jornalista não endosse versões interessadas, que visem a manipulação da opinião pública, nem o erro que possa ser cometido por pessoas, instituições, empresas ou grupos. É sempre importante perguntar-se a quem uma notícia vai interessar, a quem ela traz prejuízos e quem dela se beneficia. São perguntas que ajudam a esclarecer o jogo de interesses por detrás dos fatos (*Folha de S. Paulo*, 2001: 27).

Por todos esses desdobramentos, aqui abordados sucintamente, constata-se que a matéria pretendeu desencadear uma campanha de destruição de reputação e



capital simbólico da pessoa atingida – no caso, a ministra Dilma Rouseff, possível candidata pelo campo da esquerda à presidência da República no próximo ano. O caso não é isolado na imprensa hegemônica brasileira, como veremos abaixo.

## CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Vivemos em uma sociedade nacional extremamente desigual. Tal problema constitui um dos primeiros itens da agenda do país, senão o primeiro. A desigualdade é fruto de longa história, que remonta à colonização. Neste contexto de sociedade econômica e socialmente desigual, a imprensa também se constituiu e consolidou de forma desigual, concentrando-se nas mãos de poucos grupos ou mesmo sendo posse de alguns políticos conservadores, chamados de “coronéis eletrônicos”. Ao longo da história, nota-se a tendência de predomínio da mídia ligada à ideologia das classes dominantes, que, com raras exceções, procuram conservar e reproduzir a estrutura de classes. Constatamos isso com base em vários autores, particularmente Nelson Werneck Sodré, que publicou o estudo mais abrangente sobre a história da imprensa brasileira (1999), e René Dreifuss (1981), que estudou o período da ditadura militar. Também o antropólogo Darcy Ribeiro é importante referência. Na obra em que sintetiza toda a sua vida de estudos, *O povo brasileiro*, analisando a formação socioantropológica do país e questionando-se por que o Brasil ainda não deu o salto de qualidade que tanto se espera, identifica como raiz do problema a enorme desigualdade social e afirma que a imprensa hegemônica tem um papel importantíssimo em sua manutenção. Segundo ele, as elites e as classes dominantes usam diversos mecanismos para renegar com todas as forças qualquer possibilidade de mudança e de progresso generalizável a toda a população, sendo um dos mecanismos apontados o aparato de comunicação (2007: 239).

A relação entre imprensa e classes dominantes pode ser observada desde a proibição, por parte da metrópole colonizadora, de que houvesse imprensa no Brasil e a constituição de uma imprensa *oficial* quando a corte portuguesa veio para cá. O



problema estende-se ao atual “coronelismo eletrônico” e à concentração da mídia nas mãos de algumas poucas famílias, havendo entre esses dois pólos – representados respectivamente pelas elites remanescentes da colonização e pelas atuais – muitas interligações que não podem ser de todo explicitadas aqui, devido ao limite de espaço. Na República Velha, por exemplo, os senhores de terra detinham o poder e o café fazia os presidentes. Nessa época, a imprensa das grandes cidades entrava na fase empresarial e industrial. A compra da opinião da imprensa pelo governo, segundo Nelson Sodré, tornou-se rotina, e isso era assumido publicamente até por um dos presidentes do período, Campos Sales, que dizia que, “junto com outros presidentes, peitava a imprensa à custa do tesouro” (Sodré, Nelson, 1999: 277). No Estado Novo, Getúlio Vargas agiu de maneira a conquistar-lhe o apoio; mas, em seu segundo governo, matou-se com uma bala no peito sob forte campanha apoiada por ela, contrária às reformas nacionalistas e sociais que estavam sendo implementadas. No governo JK a imprensa hegemônica, em sua maioria, assumiu-se como oposição, procurando, junto com outras forças sociais, impedir o presidente de governar, em vista da implantação de um governo composto de forças reacionárias (tratava-se de prévias do golpe de 64). Em 1989, toda a imprensa hegemônica se uniu em torno da candidatura de Fernando Collor, fazendo-o de modo quase declarado para evitar a ameaça ao *status quo* representada pela possibilidade de um governo de esquerda. Pela natureza deste artigo, não há espaço para se alongar muito em uma retrospectiva histórica completa. Portanto, procuraremos nos ater um pouco mais aos períodos mais ligados ao nosso objeto, a ditadura militar e o momento atual.

Nos anos 1960, quando o país pôs a desigualdade em discussão, com indicativos de reformas de base (agrária, urbana, educacional, bancária, administrativa e fiscal), forças sociais reacionárias e contrárias a modificações na ordem estabelecida (políticos conservadores, representantes de oligarquias nacionais e regionais, empresários, imprensa, militares, setores religiosos conservadores, amplos setores da classe média e das classes mais elevadas, com apoio dos EUA) se uniram para preparar e executar o golpe militar de 1964. Durante

os 20 anos de vigência do regime autoritário, sob a justificativa de que era preciso “crescer o bolo para depois reparti-lo”, as desigualdades sociais aumentaram em larga escala. A imprensa hegemônica da época, que com o apoio da ditadura aumentou sua concentração, foi uma das forças que se puseram a favor do golpe e ajudaram a lhe dar sustentação (Sodré, Nelson, 1999: 391-449).

Hoje, finda a ditadura há quase três décadas, podemos pensar que seu ideário, nascido como resposta ao crescimento do anseio e das ações concretas por distribuição de renda, está superado. Todavia, o caso específico aqui abordado indica que a situação pode não ser essa. O ideário que produziu a ditadura e suas ligações com a imprensa ajuda a compreender a sistemática oposição desta ao governo Lula, particularmente a políticas e iniciativas que favoreçam a diminuição das desigualdades e a quebra de privilégios das classes dominantes. Embora o governo não tenha promovido uma mudança ou revolução radical na estrutura da sociedade brasileira, muitas pessoas conseguiram considerável mobilidade social. Desde 2003, segundo o IBGE, mais de 19 milhões de brasileiros saíram da condição de miséria (*Yahoo Notícias*, 5/11/2009). No extremo inferior da pirâmide social, segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas, as classes D e E também estão encolhendo, com maior número de famílias ascendendo à classe C. A informação é de extrema relevância, e alguns analistas estranham o fato de que a imprensa não tenha manifestado maior interesse pelo assunto

Nesse contexto, o caso da ficha falsa que envolve a ministra da Casa Civil, candidata do governo nas eleições desse ano, é emblemático para compreender a atuação da imprensa brasileira no passado e nos dias atuais, sobretudo no que concerne à questão da desigualdade social em suas ligações com a política. Em circunstâncias semelhantes, forças reacionárias sempre procuraram criminalizar, como forma de desacreditá-los, os movimentos sociais e políticos contrários ou que pelo menos inspirassem alguma suspeita de ser contrários à ordem estabelecida. O campo político ao qual está ligada a candidata Dilma Rousseff, embora não tenha

feito nenhuma drástica alteração nessa ordem, tem feito e sinalizado fazer transformações significativas.

## **O CASO VISTO NA ÓTICA DAS TEORIAS DA COMUNICAÇÃO**

Há muitas teorias da comunicação que abordam as interfaces sociais da comunicação e a questão da manipulação, do controle e cultivo da informação, do poder, do conhecimento e do capital, as questões de classe. Abaixo, analisaremos nosso objeto com base em algumas dessas teorias que nos ajudam a elucidar esse caso.

### **CONSTRUÇÃO DO FATO E SUAS INFLUÊNCIAS**

Como ponto de partida, temos a conceituação e problematização de fato (fato social, jornalístico e construção de fatos) feitas por Muniz Sodré em seu livro *A narração do fato*. Na concepção do “espírito positivo” da idade moderna, que marca a humanidade e suas ideias de cognição até hoje, fato é uma experiência sensível da realidade. A cada fato deve corresponder um dado possível, uma sensação, de modo que a intuição empírica se torna a fonte de todo saber. Vale apenas o empiricamente observável. O jornalismo incorpora o espírito do positivismo e o senso comum sobre os fatos, cultivando aquilo que Muniz Sodré chama de “mito da neutralidade”, expresso, por exemplo, no *Manual da redação da Folha de S. Paulo* como apartidarismo, pluralismo, neutralidade, maior objetividade possível, segurança das fontes, checagem e cruzamento de informações (2001: 17, 19, 47). A ideia segundo a qual o jornalismo, em sua “objetividade”, deve funcionar como uma espécie de espelho do real é histórica e muito arraigada na sociedade. Ao se ler um jornal, há a ideia implícita ou explícita de que ali está a verdade dos fatos e os textos nos descrevem de forma o mais fiel possível o real, empiricamente comprovável. No mundo científico, após a crítica ao positivismo, sabemos que, mesmo com todo o

rigor, a objetividade total não é possível. A crítica feita pela filosofia e pelas teorias da ciência concluiu pela dificuldade da narração dos fatos em garantir o necessário rigor ao conhecimento. Sabemos também que a notícia é constituída por estratégias de construção do acontecimento, como vimos no caso que é nosso objeto de estudo. Muitas vezes os acontecimentos narrados podem nem ser tão reais, mas fictícios, como indica Muniz Sodré (2009). A disputa pela hegemonia sobre as representações sociais atravessa essas estratégias de construção dos fatos.. Para Sodré, a mídia constrói realidade e esferas existenciais (2009: 25).

### **FORÇAS QUE AGEM SOBRE A NOTÍCIA**

No livro *As notícias e os seus efeitos: as “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*, Jorge Pedro de Souza faz uma abordagem da questão da construção da notícia e dos efeitos disso na sociedade com base em teorias da comunicação, algumas das quais vamos examinar abaixo. Segundo o autor, há seis forças ou ações que incidem sobre a produção da notícia (1999: 4-5), evidenciando elementos do que falamos acima sobre a impossibilidade da neutralidade e objetividade total:

- Ação pessoal: as notícias resultam parcialmente das pessoas e das intenções, incluindo as rotinas de trabalho, o que se valoriza nos profissionais da organização, a maneira como os profissionais foram formados, as opções profissionais, ideológicas, os limites e possibilidades.
- Ação social: as notícias são fruto de dinâmicas e dos constrangimentos do sistema social – particularmente do meio organizacional – em que são construídas.
- Ação ideológica: as notícias são originadas por forças de interesse que dão coesão aos grupos, seja esse interesse consciente e assumido ou não.

- Ação cultural: as notícias são um produto do sistema cultural em que são produzidas, o que condiciona as perspectivas que se têm do mundo e a significação que se atribui a ele.
- Ação do meio físico e tecnológico: as notícias dependem dos dispositivos tecnológicos usados no seu processo de fabrico e do meio físico em que são produzidas. No caso aqui analisado, por exemplo, o jornal utilizou uma ficha fabricada digitalmente que circulava em *spams* na internet.
- Ação histórica: as notícias são um produto da história, durante a qual interagem as outras cinco forças relacionadas acima. Isso ficou demonstrado também no ponto anterior do artigo, sobre a contextualização histórica.

## **INDÚSTRIA CULTURAL, DOMINAÇÃO SOCIAL, AÇÃO ESTRATÉGICA E HEGEMONIA**

Os filósofos da Escola de Frankfurt<sup>6</sup> introduziram uma perspectiva crítica no estudo da comunicação social, elegendo a dominação como tema central de seu trabalho e assumindo por objetivo contribuir para a supressão das injustiças sociais. Também sublinharam a influência dos produtos culturais de massa na criação e reprodução da ideologia dominante e da sociedade por ela marcada. Para esse grupo, as pessoas tendem a aderir acriticamente a valores impostos pela força da indústria cultural. Os meios de comunicação, segundo essa escola, são instrumentos mediadores entre a classe dominante e as classes dominadas (Souza, 1999, 89-90).

A Escola de Frankfurt e seus postulados sofreram muitas críticas, particularmente por conceberem as audiências como muito passivas perante os meios de comunicação e seus enunciados e por verem a comunicação como mero processo que passa do emissor ao receptor, sem influência recíproca. Mas, levando em consideração essas críticas, também sabemos que os postulados da escola permanecem com força até hoje e continuam sendo fundamentais no estudo da

comunicação. Embora as audiências não sejam passivas – mesmo que parte significativa apresente indícios de que seja –, há grande confiança nos meios jornalísticos e significativa abertura para acreditar no que é informado por eles, que se apresentam como imparciais e objetivos sem o serem. Como afirma o presidente do Instituto Vox Populi, Marcos Coimbra, ao analisar os resultados das eleições de 2006, parte da população tem opinião formada, mas cerca de um terço, no caso estudado por ele, é permeável à influência da cobertura jornalística.

Como dito acima, na contextualização histórica do nosso objeto de análise, os meios de comunicação se inserem nos processos e mediações sociais de uma sociedade desigual. Então, não é o caso de dizer que eles criam as desigualdades, mas, sim, que, surgindo nesse contexto, são apropriados em sua maior parte pelas classes dominantes e, por conta dessa apropriação, sob a influência das forças econômicas, se conciliam com as desigualdades e têm sido, ao longo da história do Brasil, um fator que colabora em sua reprodução e perpetuação. Isso se revela muito claro no caso da ficha falsa.

### **AS FUNÇÕES DA COMUNICAÇÃO E A TRANSMISSÃO DA “HERANÇA SOCIAL”**

O pensamento de Lasswell, da escola funcionalista, embora saibamos seja de contexto histórico bem diferente, na abordagem diacrônica das teorias da comunicação no que concerne às questões de classe, em consonância com as outras teorias abordadas, pode ajudar a elucidar o objeto e a hipótese aqui examinados. O autor aponta funções da comunicação (Cohn, 1971) que, relacionadas ao caso, podem ser constatadas em certos momentos pretéritos da realidade brasileira, assim como, de maneira subliminar, no momento atual: a vigilância sobre o meio ambiente e a correlação das partes da sociedade em resposta ao meio, pelas quais as “elites dominantes percebem as ameaças potenciais e reagem a elas de maneira aberta e secreta”, tomando precauções para

impor “segurança” e controle sobre quantos assuntos políticos forem possíveis, reafirmando a própria ideologia e reprimindo as contrárias (como ocorreu à época do golpe militar de 64 no Brasil); a transmissão da herança social de uma geração a outra, em que se inclui a concentração de poder, riqueza e outros valores, formando castas em vez de uma sociedade móvel. Na abordagem do caso vimos que, em 1964, o risco de transformações radicais na estrutura social brasileira foi percebido e propagado pelas elites e pela mídia, e, segundo Dreifuss (1981), as elites reagiram com o golpe, por ele chamado de “golpe de classe”. No Brasil, a comunicação também tem exercido a função de transmissão da herança social de uma geração a outra, incluindo o poder e a riqueza, e dificultado a mobilidade social, como vimos na contextualização histórica.

## AGENDAMENTO E SILENCIAMENTO

Algumas teorias de explicação dos efeitos dos meios de comunicação mais atualidade também nos ajudam na elucidação do objeto: é o caso da teoria do agendamento social (*agenda setting*) de McCombs e Shaw, a qual discute a capacidade dos meios de comunicação em levantar determinados temas em detrimento de outros e torná-los centrais no debate da sociedade, definindo quais devem ser considerados importantes pelo público. No caso da ficha falsa, há uma iniciativa evidente de, no contexto do debate político eleitoral, tematizar assuntos negativos para a pré-candidata Dilma Rousseff, o que se insere numa tematização maior, batizada pelo jornalista Luiz Carlos Azenha como “demonização da Dilma” (*Vi o mundo*, 21/8/2009).

Em linha convergente, a teoria da *espiral do silêncio* (Noelle-Neumann) afirma que os meios de comunicação tendem a consagrar maior espaço às opiniões dominantes, reforçando-as e contribuindo para “calar” as minorias pelo isolamento e pela não referência, de modo que exercem assim uma influência forte e direta sobre as audiências, a curto e a longo prazo, e provocam mudanças de opinião e de



atitudes. No caso em estudo a não referenciação se deu na ausência de contextualização dos movimentos contrários à ditadura e, dentre outras coisas a ocultação das razões pelas quais lutavam.

### **A PROPAGAÇÃO DE “MEMES”**

A teoria da propagação dos *memes*, de Richard Dawkins (2007), propõe modelos explicativos que podem ser úteis para compreender a importância da propagação das ideias para a vida humana. No que diz respeito à sua funcionalidade, o “meme” é considerado uma unidade de evolução cultural que pode autopropagar-se de forma análoga ao que ocorre com os genes nas populações biológicas. O nível mais profundo em que a seleção natural age são os genes – na verdade, a informação contida neles. Animais e plantas são veículos para os genes, replicadores biológicos cuja informação está sendo transmitida, em muitos casos, há bilhões de anos. Os “memes” são unidades culturais, átomos da cultura e da história, considerados uma unidade de informação que se multiplica ou de cérebro em cérebro, ou entre locais onde a informação é armazenada (como livros e jornais) e outros locais de armazenamento ou cérebros, influenciando e instruindo os comportamentos. Dessa forma, os “memes” propagados pela imprensa se estendem pela sociedade e impregnam as pessoas, mesmo que muitas duvidem deles. No caso do presente estudo, os “memes” propagados foram positivos no que concerne à ditadura, tratada como se fosse um governo fiador da ordem, e negativos no que concerne à resistência a ela, tratada como crime, baderna, terrorismo.

### **MODELAÇÃO DE CONHECIMENTO E CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE**

Por fim, há duas teorias que versão sobre a modelação social do conhecimento e a construção social da realidade. A primeira define primordialmente

a influência dos meios de comunicação a longo prazo, no que tange à distribuição e modelação social do conhecimento, por meio do controle do acesso e da distribuição da informação e do conhecimento. Para Donohue, Tichenor e Olien, o controle do conhecimento é essencial para assegurar a manutenção do poder, sendo relevante o fato de os setores que participam da gestão do poder disporem de mecanismos especializados no controle e orientação da informação (Souza, 1999: 99-106; 109-112; 117-123). O sistema de distribuição do conhecimento dependeria do grau de pluralismo da sociedade. As diferentes visões protagonizadas por diferentes grupos seriam permanente foco de tensões e conflitos. Os meios de comunicação são capazes de tornar públicas as posições em confronto. Muitos dos conflitos existentes nas sociedades plurais são artificialmente criados por determinados grupos de interesse, que o fazem apenas como forma de controle social, já que os meios de comunicação dispensam atenção a alguma(s) das posições em confronto em detrimento de outras visões, o que é evidente no caso aqui abordado.

Seguindo essa mesma orientação, a corrente da sociologia interpretativa, com os autores Berger e Lukmann e sua teoria denominada *construção social da realidade*, afirma que a realidade se constrói socialmente; o jornalismo tem efeitos sobre a contínua reconstrução social da realidade, uma vez que exerce ação sobre ela (Souza, 1999: 86-87). Segundo eles, a vida social se constitui por e através de um processo permanente e multifacetado de comunicação, no qual a comunicação social é um agente ecossistemático e institucionalizado capaz de participar, a um só tempo, na modelação e na reconstrução sucessiva da realidade.

## CONCLUSÃO

Relacionando as duas últimas teorias apresentadas aos elementos apontados pelas outras abordadas neste artigo e relacionando-as todas com o caso em questão e seu contexto histórico, é possível afirmar que a imprensa brasileira não só constrói a notícia e os fatos, agenda os temas a serem discutidos socialmente,

oculta outros temas, legitima, propaga e cristaliza ideias e ideologias, em grande parte em consonância com as ideologias das classes dominantes conservadoras, atuando na construção da realidade a curto e a longo prazo, contribuindo, junto com outros fatores, para a reprodução e perpetuação da desigualdade social no país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COHN, Gabriel. **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Nacional: Edusp, 1971.
- DAWKINS, Richard. **O gene egoísta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado** – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FOLHA DE S. PAULO. **Manual da redação**. São Paulo: Publifolha, 2001.
- FRANÇA, Francisco Lúcio. **A imprensa durante o regime militar**. São Paulo, 2009, mimeo. (pesquisa contendo fotocópias de matérias de jornal).
- FONSECA, Francisco. **O consenso forjado**. São Paulo: Hucitec, 2005.
- LIMA, Venício A. de. **A mídia nas eleições de 2006**. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- MURDOCK, Graham. **Comunicação contemporânea e questões de classe**. *Matrizes*, São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da USP: Paulus, ano 2, n. 2, p. 31-56, 1. sem. 2009.
- RAMOS, Murilo C.; SANTOS, Suzy (Org.). **Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas**. São Paulo: Paulus, 2007.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Antropológica do espelho**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A narração do fato**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SODRÉ, Nelson W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUZA, Florestina das N. **O Jornal Nacional e as eleições presidenciais 2002-2006**. Tese de doutorado ECA, USP, São Paulo, 2007.
- SOUZA, Jorge P. **As notícias e os seus efeitos: as “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 1999 (livro disponível em: [http://www.bocc.uff.br/\\_listas/tematica.php?codtema=8](http://www.bocc.uff.br/_listas/tematica.php?codtema=8))

## JORNAL

FOLHA DE S. PAULO. *Grupo de Dilma planejou o sequestro de Delfim Netto*. São Paulo, 5/4/2009, pp. A8-A10.

\_\_\_\_\_. *Ombudsman*. 12/04/2009, p. A4.

\_\_\_\_\_. *Ombudsman*. **É simples saber se ficha é falsa. 5/07/2009, p. A4.**

## SITES E BLOGS

<http://br.noticias.yahoo.com/s/05112009/48/manchetes-brasil-se-aproxima-eterno-souho.html>, acesso em 5/11/2009.

<http://cloacanews.blogspot.com/2009/04/segunda-carta-de-espinosa-que-folha.html>, acesso em 7/4/2009.

<http://colunistas.ig.com.br/luisnassif/?s=caso+ficha+falsa+da+dilma>, acesso em 7/7/2009.

<http://coturnonoturno.blogspot.com/2009/04/desta-parte-dilma-lembra-tudo.htm>, acesso em 4/2009.

<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/dilma-documento-que-ela-diz-ser-falso-crime-organizacao/>, acesso em 18/4/2009.

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=535IMQ012>, acesso em 25/04/2009.

<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/espinosa-desafia-folha-a-mostrar-gravacao/>, acesso em 6/4/2009.

<http://www.viomundo.com.br/arquivo/opinioa/a-demonizacao-de-dilma-2>, acesso em 21/8/2009.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Comunicação e Semiótica pela PUC de São Paulo, Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo pela Universidade São Marcos (São Paulo), Bacharel em Teologia pela Faje (Belo Horizonte), onde também estudou Filosofia. E-mail: jfalencar@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> O jornalista faz uma menção ao editorial da *Folha* de 17/2/2009, p. A2, que afirmou ter sido a ditadura brasileira uma “ditabranda”, porque não matou nem torturou tanta gente como outras ditaduras

<sup>3</sup> Laudos completos disponíveis em: <http://colunistas.ig.com.br/luisnassif/2009/07/07/a-ficha-falsa-de-dilma/>, acesso em 7/7/2009.

<sup>4</sup> Trecho do laudo da UnB, disponível na internet no endereço citado na nota anterior.

<sup>5</sup> No caso, o jogo de interesses por trás da matéria relaciona-se de modo profundo com nosso objeto de estudo.

<sup>6</sup> A abordagem empreendida das escolas de gênese marxista, do *agenda setting*, da espiral do silêncio, das diferenças de conhecimento e da construção social da realidade está fundamentada em SOUZA, 1999.